



**COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

**RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA TICKET SOLUÇÕES  
HDFGT S/A, CNPJ nº 03.506.307/0001-57.**

Processo nº 1166/2023

Pregão Eletrônico nº 005/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.

**1 – DOS FATOS:**

Trata o presente expediente de Impugnação do instrumento convocatório do processo em epígrafe, no qual foi questionado a necessidade de adequação dos critérios de qualificação econômico financeira, referendando a cláusula 19.1.4.3, alínea “e” do Edital, a qual exige a apresentação da comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 (UM).

Alega a empresa que tal exigência poderá prejudicar a competitividade do certame. Assim, requer que a mesma seja modificada.

Desta forma, solicita que as empresas que não conseguirem comprovar tais índices, possam alternativamente, comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) da estimativa do valor do contrato ou que apresentem garantia/fiança contratual.

Além disso, solicita que a referência ao preço médio mensal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, para fins de faturamento, seja alterada.

**2 – DO RECEBIMENTO E ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO:**

A impugnação foi recebida por este Pregoeiro, tempestivamente. Por se tratar em parte por questão técnico-jurídica anteriormente respondida no Processo nº 33131/2021, Pregão Eletrônico nº 010/2022, cuja decisão foi pacificada através do Parecer nº 982/2022, emitido pela Procuradoria-Geral do Município em 17 de março de 2022 (em anexo), opinando pelo não acolhimento da impugnação apresentada, uma vez que a técnica de adoção de índices é forma de demonstração de qualificação econômica financeira que não deixa de propiciar a competitividade no certame licitatório, porquanto, quando alicerçada em parâmetros justificáveis, evidencia uma prática isonômica de avaliação entre as empresas licitantes, sem qualquer restrição ou favoritismo. Assim, não existindo fundamento para invalidar a adoção dos índices contábeis de aferição da qualificação econômica financeira do licitante.

Pelos motivos apresentados no parecer jurídico supramencionado, não há de prosperar a pretensão de modificação da exigência de qualificação econômico-financeira delineada no Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2023, para que seja apresentada alternativamente como



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

demonstração a mencionada aferição de índices a comprovação de capital social mínimo ou valor do patrimônio líquido correspondente a 10% ou garantia contratual.

Em ato contínuo, este Pregoeiro solicitou posicionamento da Secretaria Municipal de Gestão Pública – SMGP, através do Ofício CGL.PREGÃO/SMGP n.º 036/2023, quanto ao item 2 da peça impugnatória – DA MÉDIA ANP, por se tratar de questão técnica.

Pois bem, em seu despacho, a Secretaria Municipal de Gestão Pública teceu os seguintes apontamentos:

Com pertinência ao item 2. DA MÉDIA ANP, de sua peça impugnante, transcrevemos o que explicita o Termo de Referência: " O faturamento mensal deverá ser feito conforme a síntese de preço médio mensal da ANP praticada no Município de Arapiraca-AL, do mês referente ao consumo realizado, divulgado pela ANP, e posteriormente aplicada a taxa de administração ofertada pela empresa ganhadora."

Verifica-se, que o pagamento dar-se-á de acordo com o preço médio mensal da ANP praticado no Município de Arapiraca, aplicada a taxa de administração ofertada pela empresa ganhadora.

Quanto a essa exigência, assim sugere a Impugnante:

"Em referência aos itens impugnado, a Administração pagaria o menor valores entre a bomba e o médio publicado na ANP". Sugere que a Prefeitura de Arapiraca adote a seguinte metodologia:

1ª opção: o gestor/fiscal do contrato verifica os valores praticados pelos estabelecimentos credenciados e determina em quais postos a Prefeitura deveria realizar os abastecimentos, emitindo de forma periódica a relação daqueles com menores preços, e assim autorizaria o abastecimento;

2ª opção: os veículos abasteceriam em qualquer posto, independente de trava no sistema de gestão fornecido pela futura contratada, glosando, após o abastecimento, os postos que apresentarem diferenças de valores pagos da empresa gerenciadora licitada, "...como se fosse a própria fornecedora de combustível."

Ora, como pode a Prefeitura de Arapiraca, intervir na negociação entre Postos de Gasolina e a empresa gerenciadora do sistema de abastecimento, futura contratada?

Afinal, estamos licitando para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos, e não os postos de abastecimentos.

Porquanto, nenhuma das duas opções trariam benefícios econômicos e de atividade administrativa para a Prefeitura de Arapiraca, considerando que nossos veículos, principalmente ambulâncias e aqueles que transportam pacientes para hemodíalises, bem como aqueles em viagens administrativas,





## **COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

se deslocam, diariamente, para outras sedes, cuja distância, quase sempre, exige a realização de abastecimentos fora da sede.

Ademais, a Administração Municipal, ao adotar o sistema de gerenciamento de frotas, além de aumentar as opções de abastecimento, trará outras vantagens como o controle do abastecimento, gerando relatórios de acompanhamento desse consumo, o que agiliza essas atividades administrativas; com nossos veículos não restrito a um único ou poucos postos de abastecimento, mas em diversas cidades e postos de combustíveis previamente cadastradas pela empresa fornecedora do serviço, dando grande flexibilidade à Administração, reduzindo os entraves burocráticos para essa atividade, sem incorrer em risco de sobrefaturamento, tendo em vista, adotar-se como parâmetro de preços, aqueles levantados pela ANP.

É cediço que a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis por meio de uma pesquisa semanal de mercado, abrangendo todos os Estados, capitais brasileiras e algumas cidades, demonstrando as localidades que foram consultadas, o número de estabelecimentos pesquisados, o período da sondagem, a média de preços, desvio padrão, preços mínimos e valores máximos praticados.

Nota-se, portanto, que o levantamento feito pela ANP demonstra ser mais relevante do que o aquele, porventura, realizado pela Administração Municipal, através de servidor público, em visita a postos de abastecimento de combustíveis, sujeito a erros e omissões. Portanto, a sondagem feita pela ANP serve como parâmetro para saber se os valores das propostas e das contratações dos licitantes estão compatíveis com os praticados no mercado, sendo bastante utilizada pelos Tribunais de Contas na apuração de eventuais sobrepreços nas contratações públicas.

Assim entendeu o Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR “que a tabela de preços da ANP pode ser utilizada como critério de aferição da variação dos valores dos combustíveis visando recompor os preços dos contratos, mesmo em localidade não participante da pesquisa da agência.”

Por sua vez, o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia – TCM/BA, também entendeu que “os valores médios divulgados pela ANP, possuem o fito de evitar eventual superfaturamento nos preços dos combustíveis cobrados pelos postos credenciados, bem como viabilizar a economicidade, já que os gerenciadores deverão buscar maior quantidade de fornecedores para atender à Administração Municipal”.

Outrossim, o Tribunal de Contas da União – TCU aduziu que, “quanto ao reajuste do preço do combustível, o mesmo não terá como referência o preço praticado na bomba, tendo em conta que o valor poderá ser diferente de posto para posto, mas, analogamente ao critério de aceitação de propostas no certame, a média apurada e divulgada pela ANP para estados e municípios, considerando que os aumentos dos combustíveis são regulados pelo governo federal. Portanto, é possível admitir que se trata de uma medida de segurança para a contratante, com vistas a evitar custos para abastecimentos e reajustes com percentuais abusivos”. “

Fonte de pesquisa: <https://www.consultordoprefeito.org/single-post/pesquisa-da-anp-pode-ser-usada-no-termo-de-referencia>



PREFEITURA DE  
**ARAPIRACA**

## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Por fim, salvo melhor juízo, entendemos que a Impugnação formulada não deve prosperar, cabendo a Comissão de Licitação/Pregoeiro julgar procedente ou improcedente as alegações constantes da peça impugnatória.

Portanto, diante da manifestação da Secretaria Municipal de Gestão Pública, o Termo de Referência continua inalterado, mantendo o preço médio divulgado pela ANP para fins de faturamento.

### 3 – DA CONCLUSÃO:

Diante o exposto, acatando o Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município e o despacho exarado pela Secretaria Municipal de Gestão Pública – SMGP, disponíveis na íntegra no Portal da Transparência do Município (<https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacoes>), decido pela improcedência da impugnação apresentada pela Empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, deixando de acolher a impugnação em referência nos termos acima expostos.

Arapiraca – AL, 17 de março de 2023.

  
**Tiago de Almeida Silva**  
Pregoeiro